

15a
edição**Entrevista com Benito Bisso Schmidt**

Por Manuela Areias Costa

Mestranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e editora da Revista Cantareira (UFF).

O historiador Benito Bisso Schmidt é professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), ministra disciplinas na área de Teoria e Metodologia da História e realiza pesquisas sobre temas como: gênero biográfico, história social da memória, história do trabalho, história das relações de gênero e ditaduras na América Latina. Atualmente, Schmidt é presidente da ANPUH nacional. Sua tese de doutorado, *O Patriarca e o Tribuno: caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas - Francisco Xavier da Costa (187?-1934) e Carlos Cavaco (1878-1961)*, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da UNICAMP, deu origem ao livro *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas* (2004). Além dessa obra, o autor publicou *Um socialista no Rio Grande do Sul: Antônio Guedes Coutinho (1868-1945)* (2000), organizou *O Biográfico: perspectivas interdisciplinares* (2000) e ajudou a organizar *Memórias e narrativas (auto) biográficas* (2009). Nessa entrevista, Benito Schmidt nos conta sobre a sua trajetória acadêmica e aborda algumas questões sobre o gênero biográfico.

1- Manuela Areias Costa: Gostaria, primeiramente, que o senhor falasse a respeito de sua formação e das motivações que o levaram a trabalhar com o gênero biográfico.

Benito Bisso Schmidt: Eu fiz os cursos de Licenciatura e Bacharelado em História na UFRGS. Durante a Graduação, não tinha nenhum interesse especial pela biografia. Não sou daqueles que gostavam de livros ou filmes biográficos “desde pequenininho”. Como bolsista de iniciação científica, atuei em várias áreas: História Antiga, História Política do RS, Teoria e Metodologia da História, entre outras. Essa variedade de experiências foi muito enriquecedora. Aliás, sou contra especializações muito precoces. Creio que temos que nos formar, antes de tudo, como historiadores e historiadoras, depois especialistas em alguma coisa.

Quem me propôs realizar um trabalho biográfico foi minha orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso, e depois da dissertação de Mestrado, Sílvia Petersen. Eu trabalhava com ela como bolsista de iniciação científica e Sílvia me sugeriu estudar a trajetória de uma liderança socialista, Antonio Guedes Coutinho (1868-1945), nascido em Portugal, mas que militou intensamente no sul do Rio Grande do Sul na virada do século XIX para o XX.

Sílvia me passou, com a generosidade que lhe caracteriza, uma caixa de documentos sobre Coutinho, coletado por ela ao longo de vários anos de pesquisa, e me questionou: “Por que não estudas a vida desse militante?”. Ele acabou se tornando o assunto do meu Mestrado. Ou seja, não houve nenhuma predestinação ou gosto inato na escolha por se trabalhar com o gênero biográfico que até hoje serve como uma espécie de fio condutor da minha trajetória acadêmica.

Eu não conhecia até então nenhuma discussão sobre a biografia. Aliás, naquele momento, início da década de 1990, os ecos do debate sobre o dito “retorno” da biografia ainda eram pouco ouvidos no Brasil. Eu fui juntando o que encontrava. Por isso, resolvi fazer um capítulo teórico na minha dissertação para sistematizar um pouco o que eu havia lido sobre o assunto.

Esse capítulo se transformou em um artigo que publiquei na revista *Anos 90*, do PPG em História da UFRGS. Depois começaram a aparecer as traduções dos textos importantes, como o do Pierre Bourdieu (“A ilusão Biográfica”), o do Giovanni Levi (“Usos da biografia”) e o da Sabina Loriga (“A biografia como problema”). A partir daí, como disse, as pesquisas biográficas e as reflexões sobre esse gênero vieram a se constituir no eixo central da minha produção intelectual, mas isso eu só percebo retrospectivamente.

2- MAC: No século XIX, Dilthey conferiu grande importância heurística à biografia. O senhor acha que o interesse atual dos historiadores pelo gênero biográfico possui alguma semelhança com o “paradigma historicista”?

BBS: Olha, eu sei muito pouco da discussão realizada por Dilthey sobre a biografia. Aliás, tenho que estudar mais a sua obra, que conheço apenas panoramicamente em função das minhas aulas de Teoria e Metodologia da História. Mas não creio que o interesse atual pelo gênero biográfico se assemelhe ao “paradigma historicista”, se é que ele existe com essa unidade, o qual prima por uma atitude hermenêutica compreensiva. O interesse atual, creio eu, tem mais a ver com os dilemas da história social, com sua autocrítica em relação aos grandes paradigmas estruturalistas, às metodologias quantitativas e à temporalidade da longa duração.

Mas creio que uma volta a Dilthey, e a outros autores desviantes em relação ao paradigma científico dominante que configurou a disciplinarização da história (penso também em Walter Benjamin e Norbert Elias), pode ser útil para refletirmos também sobre os grandes dilemas do gênero biográfico, os quais nem sempre a história social está preparada para responder adequadamente, como os debates sobre as dimensões individual e coletiva dos processos históricos e sobre a idéia de representatividade.

3- MAC: A partir da década de 1960, os estudos de História Social passaram a privilegiar o papel dos indivíduos em detrimento do estabelecimento de estruturas que organizavam as relações sociais. Essa transformação implicou no recuo da história quantitativa e serial e no avanço da micro-história. O que distingue os estudos biográficos e prosopográficos da História Social das biografias históricas?

BBS: Bom, a prosopografia se coloca como uma “biografia coletiva”, onde, por meio de sofisticadas técnicas de pesquisa e tabulação de dados, se quantificam algumas variáveis – como, por exemplo, origem social, formação escolar, atuação associativa e política e vinculações religiosas – a fim de se delinear o perfil de um determinado grupo. Como qualquer método, tem vantagens e desvantagens, possibilita iluminar algumas facetas do objeto, mas obscurece outras, nesse caso, as singularidades e o que não está previsto nas variáveis escolhidas. Mas não se trata propriamente de biografia, mas, como ressalta Levi, da utilização de dados biográficos para fins prosopográficos.

Já os estudos biográficos da história social são biografias históricas, aliás, seguidamente, as melhores biografias históricas, pelo menos no Brasil. Ao analisarem os percursos de escravos, libertos, operários e mulheres, entre muitos outros agentes sociais, realizam algumas das aspirações básicas da micro-história, como evidenciar aspectos e relações invisíveis nas abordagens “macro” e os espaços de liberdade dos sujeitos individuais mesmo diante de sistemas normativos extremamente violentos e opressivos. De outro lado, parece-me que o grande dilema das biografias construídas por essa ótica é a dificuldade de lidar com o singular enquanto tal, e não como indício de “algo maior”. Muitas vezes sinto nesses trabalhos uma certa vergonha de apostar na biografia, pois ela aparece apenas como “via de acesso” ou “porta de entrada” para dimensões coletivas, como se o singular, o único, o não representativo também não fossem elementos fundamentais da História.

4- MAC: Como o senhor avalia o forte apelo mercadológico das editoras sobre as publicações de biografias históricas?

BBS: Esse é um fenômeno, acredito, “normal”, observável em diversos países, próprio da sociedade burguesa. Gostamos de olhar pelo buraco da fechadura para, talvez, percebermos que “de perto ninguém é normal”. As editoras só exploram esse desejo, prometendo a revelação de fatos até então desconhecidos. Então, eu não demonizo esse apelo mercadológico, mas, como historiador, procuro entendê-lo a partir de uma análise da nossa sociedade.

Mas nós, historiadores, fazemos algo diferente quando nos voltamos ao gênero biográfico (assim espero!). Não queremos fazer revelações bombásticas, mas responder a problemas de pesquisa próprios da nossa disciplina. Digo sempre: biografia histórica é, antes de tudo, História, e, por isso, precisa seguir os procedimentos desse campo do saber.

5- MAC: Observamos, hoje, um renovado interesse dos historiadores por documentos pessoais. Como o senhor avalia o uso da “escrita de si” – mais precisamente, das autobiografias – como fonte para a construção da narrativa histórica?

BBS: Por um lado, como disse antes, o interesse pela intimidade é revelador de um voyeurismo muito característico da sociedade burguesa e do que Richard Sennet já chamou, em obra clássica, de “declínio do homem público”. Por outro lado, no campo específico da História, a valorização desses documentos está ligada às profundas transformações pelas quais passou a disciplina nas últimas décadas, em especial a revalorização dos sujeitos, da vida privada, do cotidiano, como dimensões fundamentais do fazer histórico, onde são tecidas as mais diversas relações.

Mas, e isso vale para qualquer fonte, o historiador precisa fazer a crítica desses documentos. Não, é claro, somente no sentido proposto pela Escola Metódica de avaliar a veracidade dos documentos, mas na perspectiva do “documento-monumento”, delineada por Foucault e divulgada por Le Goff. Ou seja, entender as condições de possibilidade daquela autobiografia, daquela carta, daquele diário e assim por diante; suas convenções, sua intertextualidade com outros materiais, as práticas de escrita, etc. Compreender, especialmente, como as identidades se constroem na e por meio da escrita. Nesse caso, os colegas da Letras têm muito a nos ensinar.

Outra coisa: não podemos, como diz a colega Angela de Castro Gomes, sermos ingênuos e cairmos no “feitiço” de acreditar que essas “escritas de si” revelam a verdade dos sujeitos. Afinal, insisto, tais narrativas seguem convenções sociais e são articuladas a partir de projetos individuais e coletivos, acionados em campos de possibilidade social e historicamente determinados.

Por fim, as “escritas de si” não são, “em si”, fontes melhores ou piores para a construção de biografias. Tudo depende, como disse antes, das questões que o historiador quer responder.

6- MAC: É recorrente nas suas pesquisas o enfoque em trajetórias de militantes socialistas. Como nasceu esse interesse?

BBS: Creio que já respondi essa questão um pouco antes, quando falei da minha formação. Nasceu da sugestão de uma professora, especialista na história do movimento operário. Nada foi pré-determinado. Mas, ao mergulhar na vida desses militantes, percebi o acerto da escolha, pois, creio, consegui entender melhor o que mobilizava homens e mulheres para abraçarem, de corpo e alma, doutrinas como o socialismo e o anarquismo.

Depois, abandonei um pouco os socialistas da virada do século XIX para o XX, e me dediquei a outros personagens que, também, de uma forma ou de outra, militaram em prol de causas variadas, mas que, sobretudo, foram e são apaixonados.

Escrevi sobre a jornalista Gilda Marinho, lembrada hoje somente como figura de proa da alta sociedade portolegrense, mas que também foi uma intelectual de destaque, uma militante política, entre muitas outras coisas. E agora pesquiso, apoiado pelo CNPq, a trajetória de Flávio Koutzii, militante de esquerda, líder estudantil na década de 1960, e depois integrante de grupos armados no Brasil e na Argentina. É a primeira vez que biografo um vivo, o que me traz dúvidas e questionamentos teóricos e metodológicos muito interessantes.

7- MAC: Para finalizar, no capítulo “Nunca houve uma mulher como Gilda? Memória e gênero na construção de uma mulher excepcional,” do livro *Memórias e narrativas (auto)biográficas*, o senhor afirma que o suposto caráter “excepcional”, recorrente em biografias de mulheres, seria usado como recurso para facilitar a “explicação” da trajetória de certas personagens. Seria este um recurso muito usado por jornalistas? Poderia nos falar um pouco sobre isso?

BBS: Sim, os jornalistas falam muito de indivíduos excepcionais. Mas os historiadores também acabam, muitas vezes, fazendo isso, como forma de valorizar seus personagens.

que eu me pergunto é: “excepcional em relação a que?”. Como determinar, por outro lado, o que é normal, o que é o comum, o que é de muitos, para definir a excepcionalidade, o que é de um ou de poucos. Somente por meio de estatísticas?

No caso de Gilda, sua excepcionalidade é atribuída ao fato dela ter sido muito independente, ousada em termos comportamentais, não ter casado nem tido filhos, o que parecia ser o destino das mulheres em sua época. Porém, quantas outras mulheres agiram dessa maneira, mas suas experiências não foram solidificadas pela memória coletiva? Lembro, nesse sentido, do clássico estudo de Maria Odila Dias sobre as mulheres pobres em São Paulo no século XIX, no qual ela mostra que boa parte das famílias eram então chefiadas por mulheres. Elas eram excepcionais? Em relação a que? Aos discursos normativos, talvez. Mas prefiro pensar na excepcionalidade como uma categoria narrativa, adequada para dar sentido, em especial pela memória, a determinadas experiências sociais, mas não como uma forma de explicar historicamente essas mesmas experiências.

© 2002 - 2011 Revista Cantareira - Todos os direitos reservados.

Os direitos dos artigos publicados nesta edição são propriedade exclusiva dos autores.

Esta obra pode ser obtida gratuitamente no endereço web da revista. Pode ser reproduzida eletronicamente ou impressa, desde que mantida sua integridade.